



EXPERIÊNCIAS REPRODUTIVAS DE HOMENS TRANS E PESSOAS TRANSMASCULINAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA JUSTIÇA REPRODUTIVA

*Eixo Temático: Eixo 47 - “Nossos Corpos Nos Pertencem”: Abortos e
Justiça Reprodutiva / Axis 47 - "Our Bodies Belong To Us": Abortion
And Reproductive Justice*

Anne Alencar Monteiro ¹

RESUMO

A partir das experiências reprodutivas de homens trans e pessoas transmasculinas, foi analisado, com base na noção de justiça reprodutiva, como o cenário do direito reprodutivo no Brasil afeta a capacidade dessas pessoas de gerir e tomar decisões sobre suas vidas reprodutivas. Através de uma abordagem etnográfica, explora-se como homens trans articulam estratégias para reivindicar uma identidade masculina que gesta e que também pode abortar. Além disso, demonstra-se como o contexto de desigualdade social e falta de acesso aos serviços de saúde reflete um quadro de injustiça reprodutiva, marcado pela invisibilidade das demandas reprodutivas dessa população. Argumenta-se, portanto, que a autonomia corporal e reprodutiva só é possível quando essas pessoas possuem acesso aos recursos sociais e políticos mais igualitários.

Palavras-chave: Homens trans; Reprodução; Justiça Reprodutiva.

INTRODUÇÃO

A gravidez transmasculina envolve uma série de vivências marcadas tanto por especificidades quanto por elementos compartilhados, que embora tenham aspectos comuns às experiências reprodutivas de mulheres cisgêneras, contrastam significativamente com elas. Com base nessa premissa, este trabalho analisa as experiências de homens trans e pessoas transmasculinas, especialmente daqueles que passaram pela gestação e demonstra como o cenário brasileiro de saúde e direitos

¹ Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia - BA, alencar.anne@gmail.com;



Assim, este trabalho busca abordar essas questões estabelecendo um diálogo com a noção de justiça reprodutiva. O movimento pela justiça reprodutiva emergiu a partir das críticas feitas por mulheres negras, latinas e asiáticas, sobretudo estadunidenses, ao chamar a atenção para a necessidade de ampliar o debate e a luta por autonomia reprodutiva para as mulheres, especialmente aquelas historicamente marginalizadas (Goes, 2021). O objetivo central do movimento pela justiça reprodutiva é ir além do foco individualista característico do movimento pró-escolha no aborto a partir da junção dos direitos humanos e da justiça social como forma de redefinir essa ideia de escolha (Price, 2010).

Nesse sentido, uma abordagem centrada na justiça reprodutiva permite expandir as pautas defendidas nos movimentos pela saúde reprodutiva, e pelos direitos reprodutivos, ao compreender a reprodução a partir de uma perspectiva interseccional. No contexto das comunidades LGBTQIANP+, o movimento pela justiça reprodutiva possibilita considerar interseccionalmente questões de reprodução e identidades sexuais e de gênero não normativas, ao mesmo tempo em que se mantém o foco em outras questões como raça e classe social, por exemplo (Nixon, 2013). Assim, compreendo que o debate sobre justiça reprodutiva é, também, um debate sobre saúde e direitos reprodutivos de pessoas trans. Esta análise, portanto, inspira-se na justiça reprodutiva como forma de compreender as experiências reprodutivas de homens trans e pessoas transmasculinas, sobretudo aquelas de relacionadas ao aborto.

METODOLOGIA

Os dados empíricos que fundamentam esta análise compõem parte de uma pesquisa etnográfica mais ampla de mestrado e doutorado em Antropologia. Estes dados foram produzidos em diferentes momentos da pesquisa de campo, ao longo dos anos de 2016 e 2018; 2020 e 2023, e foi realizada em diferentes cidades do Brasil, com uma maior concentração na região nordeste do país. Para dar conta destas pesquisas utilizei diferentes estratégias metodológicas como a observação participante nos espaços de convivência de homens trans e suas famílias; entrevistas semiestruturadas em profundidade; e exploração de sites e mídias sociais online, bem como conversas informais por meio de aplicativos de celular.



Durante esse trabalho de campo, escutei relatos de homens trans que haviam passado por uma gestação e procurei entender como essas experiências se relacionavam com a transição de gênero e a afirmação de uma identidade masculina. O que observei foi a reivindicação de uma masculinidade que também pode gestar e parir - algo que desafia tanto os discursos médicos quanto os imaginários sociais, ainda muito atrelados à ideia de que a gestação é uma experiência exclusivamente feminina, quase que um imperativo do que é ser uma mulher. Mesmo não se identificando como homens no momento da gestação, essa experiência é ressignificada a partir da transição de gênero, uma vez que esses homens trans não desassocia suas masculinidades da gestação (Monteiro, 2018; 2021; 2023).

É relevante mencionar que a transição de gênero é um processo complexo e não-linear, que não significa uma simples passagem de um gênero para outro. Assim, o ponto de partida para a transição é a autoidentificação com um gênero diferente do atribuído ao nascimento, acompanhada de questões intersubjetivas que podem estar combinadas com diferentes formas de transformações corporais, comportamentais e legais. Dessa forma, o processo de transição possui muitas nuances e refere-se às múltiplas possibilidades que uma pessoa trans pode articular ao se opor ao determinismo biológico que compõe o sistema sexo/gênero (Rubin, 1993). Ademais, essa transição é composta por experiências corporais que são racializadas e sexualizadas (Santana, 2019), o que torna essas vivências ainda mais complexas. Dessa maneira, ao transicionarem, essas pessoas não renunciam ao fato de que seus corpos são capazes de gestar e parir, mas ressignificam e dão contornos específicos ao que é socialmente considerado como “exclusivo de mulher”, como a gestação e o aborto.

Em 2016, ao iniciar a pesquisa de campo, enfrentei dificuldades em encontrar homens trans e pessoas transmasculinas que haviam passado por experiências reprodutivas. Atualmente, porém, observa-se uma crescente visibilidade do tema, impulsionada pelo engajamento político de ativistas e pesquisadores trans. Nas redes sociais, multiplicam-se relatos de homens trans e casais transcêntricos que compartilham experiências de gestação, promovendo discussões sobre gestação paterna, transparentalidade, saúde e direitos reprodutivos. Essa visibilidade recente responde à histórica exclusão dessas pautas tanto no movimento LGBTQIAPN+ quanto no

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Sustentabilidade

feminismo, onde prevaleceram agendas, Saúde e Sustentabilidade, casamento gay e nos direitos de mulheres cisgêneras (Nixon, 2013). No Brasil, alguns homens trans e pessoas transmasculinas têm buscado, recentemente, uma articulação com o movimento transfeminista como estratégia para promover politicamente a luta pela saúde e direito reprodutivo dessa população (Peçanha; Jesus; Monteiro 2023). Assim, o movimento pela justiça reprodutiva se torna relevante ao passo que possibilita minimizar essa invisibilidade, chamando à atenção para aspectos sociais mais amplos.

A história de Leandro (nome fictício), um homem trans de 22 anos, ilustra bem esse ponto. O conheci na ocasião da pesquisa de campo através de um comentário que fez em um fórum no Facebook sobre homens trans e gestação. No post, ele se apresentava como um pai que havia dado à luz ao próprio filho, e aquele relato imediatamente chamou minha atenção. Começamos a conversar, e Leandro foi me contando as circunstâncias que envolveram a gravidez e o nascimento de seu filho, Miguel. Desde o início, ele deixou claro que a gestação não foi planejada. Foi, como ele mesmo disse, um “momento de descuido”. A descoberta da gravidez lhe causou angústia e, diante disso optou, inicialmente, por não levar a gestação adiante. Em suas palavras, ele me contou: “Saber da gestação foi um dos piores momentos da minha vida [...]. Eu perdi totalmente o foco das coisas que eu tinha [...]. Eu tentei abortar três vezes e não deu”.

Essas tentativas de interrupção foram feitas de maneira “caseira”, ou seja, sem técnicas e recursos adequados e sem acompanhamento profissional qualificado, o que caracteriza uma situação de aborto inseguro. Essa é a realidade enfrentada por muitas pessoas que vivem em países onde o aborto é criminalizado, como é o caso do Brasil, onde estão expostas a maiores fatores de risco e complicações. No caso de Leandro, esses fatores afetaram tanto a sua saúde física, quanto mental. Ele não teve o apoio do outro pai do Miguel, seu ex-companheiro, que além de se recusar a assumir qualquer responsabilidade pela gestação, o julgou moralmente pelas tentativas de abortamento chegando até a ameaçá-lo.

Esse julgamento moral, que é tão comum no debate público e político mais amplo sobre aborto (Diniz, 2007), se agravou por uma suspeita de malformação fetal detectada durante os exames de pré-natal. Leandro descreveu a situação da seguinte forma: “ele ia vir deformado tanto dos braços, como das pernas e isso me afligiu muito, porque eu pensava que era consequência das tentativas de aborto”. Essa malformação não foi

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

confirmada após o nascimento de Leandro, a identidade de gênero contribuiu para que Leandro caracterizasse a gestação como um período marcado por uma intensa culpa, ele me disse: “Eu passei uma gestação muito turbulenta [...], eu fiquei muito mal [...]. Eu tentei me matar. [...]. O meu maior conflito era o fato de eu não ter uma vida construída, [...] e também, era a questão da disforia [de gênero]”.

Vale ressaltar que, quando engravidou, Leandro já se identificava como homem trans, embora estivesse no início de sua transição. Isso gerou um forte impacto em sua vivência reprodutiva. Ele se perguntava como poderia ser um homem e, ao mesmo tempo, engravidar e parir. Mesmo assim, durante a gravidez, ele continuava se reconhecendo como Leandro e desejava retomar o tratamento hormonal utilizando testosterona que foi interrompido por conta da gestação. Além desse conflito, ele também precisou enfrentar o modo como sua família reagiu. Apesar de já ter compartilhado sua identidade de gênero com os familiares, a gravidez abalou esse reconhecimento. Muitos passaram a dizer que ele voltaria a ser mulher pelo simples fato de ter engravidado. Toda essa situação teve um impacto negativo na saúde mental de Leandro, pois suas opções eram muito limitadas: sem recursos financeiros, sem acesso a métodos seguros de aborto, lidando com o peso da culpa, com o julgamento social, com as incertezas sobre a saúde do feto, além dos desafios da própria transição de gênero e da tensão com a família. Assim, podemos notar como a vivência de uma gestação é constituída em um emaranhado de relações sociais marcado por desigualdades. Essa vivência, nos mostra também, aspectos são comuns ao cenário da criminalização do aborto no Brasil, como a falta de acesso e segurança.

Mas, além desses casos como o de Leandro, é importante lembrar que homens trans e pessoas transmasculinas também podem necessitar dos serviços de aborto legal, sobretudo como vítimas de violência sexual. E aqui há uma particularidade importante: eles podem ser alvos de estupro corretivo - uma forma de violência sexual cometida com a intenção de “corrigir” a identidade de gênero ou a sexualidade da vítima que é considerada como desviante. No caso de homens trans, eles estão sujeitos a serem estuprados para que “concersem” sua identidade de gênero e voltem a ser “mulheres de verdade”. Dessa forma, o acesso ao aborto legal como vítimas de violência sexual é imprescindível a essa população.

Durante minha pesquisa etnográfica, constatei a existência de homens trans que passaram por uma gestação decorrente de estupro corretivo. Por se tratar de um tema



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



sensível, optei por não transcrever o que mais me chamou a atenção foi que, por diferentes motivos, os quais eles não descreveram em detalhes, alguns não optaram pela interrupção da gestação. No entanto, todos afirmaram que, na época, desconheciam a existência dos serviços de saúde que realizavam o aborto legal. Pesquisas locais sobre o tema indicam que essa falta de informação e a pouca visibilidade desses serviços, até mesmo dentro dos próprios hospitais/maternidades, podem ser consideradas barreiras que impedem o acesso a esse serviço especializado (Viana; et al, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse cenário, é fundamental abordar as experiências reprodutivas de pessoas trans a partir da perspectiva da justiça reprodutiva, que amplia o debate sobre saúde e direitos reprodutivos ao considerá-los de forma interseccional. No caso das transmasculinidades, essa abordagem reconhece que as decisões reprodutivas são influenciadas por contextos sociais que afetam a autonomia e as possibilidades de escolha. Por isso, defender a justiça reprodutiva é também defender o direito à saúde e à autonomia das pessoas trans. E, nesse sentido, falar de justiça reprodutiva é falar de aborto - e de aborto de forma trans-inclusiva. A pouca visibilidade dessa pauta, tanto no movimento LGBTQIAPN+ quanto nos feminismos tradicionais, revela barreiras políticas e sociais que limitam o acesso real a esses direitos. Assim, esse trabalho visa contribuir para ampliar o debate sobre reprodução, aborto e transmasculinidades, mostrando como essas experiências são atravessadas por relações sociais de desigualdades e invisibilidades. Este trabalho, portanto, busca contribuir para o debate sobre reprodução, aborto e transmasculinidades, evidenciando os desafios enfrentados por homens trans e pessoas transmasculinas, e a necessidade de incluí-los nas políticas públicas, nos serviços de saúde e nos movimentos sociais. Pensar em justiça reprodutiva de forma trans-inclusiva é, acima de tudo, reconhecer o direito dessas pessoas a existir plenamente, com dignidade, autonomia e acesso real à saúde e aos seus próprios corpos.

REFERÊNCIAS

DINIZ, D. Aborto e saúde pública no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(9): 1992-1993, 2007.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



GÓES, E. Um giro epistemológico, com gênero, saúde e sustentabilidade: reflexões em torno dos estudos sobre Direitos Reprodutivos. In: FREITAS, L. A. B. et al. (Orgs.). *Saúde-doença-cuidado de pessoas negras: expressões do racismo e de resistência*. Salvador: EDUFBA, 2021.

MONTEIRO, A. A. Cavalo-marinho. In: SILVA, M. L. & SANABRIA, G. V. (org.). *Glossário de (des)identidades sexuais*. Salvador: Edufba, 2023. p. 89-94.

MONTEIRO, A. A. *Homens que engravidam: um estudo etnográfico sobre parentalidades trans e reprodução*, 2018. Dissertação de Mestrado, Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

MONTEIRO, A. A. O nome dele é Gustavo, e ele é a minha mãe: reprodução e parentesco entre homens trans que engravidaram. *[Syn]Thesis*, Rio de Janeiro, 14(2): 28-39, 2021.

NIXON, L. The Right to (Trans) Parent: reproductive justice approach to reproductive rights, fertility, and family-building issues facing transgender people. *William & Mary Journal of Race, Gender, and Social Justice*, 20(1): 73-103, 2013.

PEÇANHA, L. M. B.; JESUS, J. G.; MONTEIRO, A. A. Transfeminismo das transmasculinidades: diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 6(19): 90-104, 2023.

PRICE, K. What is Reproductive Justice?: how women of color activists are redefining the pro-choice paradigm. *Meridians: feminism, race, transnationalism*, 10(2): 42-65, 2010.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTANA, B. S. Pensando as Transmasculinidades Negras. In: RESTIER, H. & SOUZA, R. M. (Org.). *Diálogos Contemporâneos Sobre Homens Negros e Masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019: 95-103.

VIANA, A. P. A. L. et al. *Barreiras de acesso ao aborto legal na Bahia no período da pandemia da Covid-19: 2020 e 2021*. Grupo Curumim – Gestação e Parto.